

**DISCURSO JURÍDICO VERSUS FOLKCOMUNICAÇÃO: a “tradução”
do jornal Folha de Pernambuco acerca do julgamento de Dilma
Rousseff em 2016 ¹**

**JURIDIC DISCOURSE VERSUS FOLKCOMMUNICATION: the
“translation” of the Folha de Pernambuco Newspaper about Dilma
Rousseff’s Judgement**

Pedro Paulo Procópio de Oliveira Santos ²

Suzana Ferreira Paulino ³

Sérgio Teixeira Torres ⁴

Leonardo Cavalcanti Seal da Cunha ⁵

Resumo: O Jornal Folha de Pernambuco destaca-se entre a classe média emergente B, C, D e E. Esta pesquisa objetivou investigar como este jornal “traduz” as decisões jurídico-políticas acerca do Impeachment da presidente Dilma Rousseff para o público leigo, baseada nos pressupostos de Foucault (2009) e Charaudeau (2016). Observou-se que a sociedade está sujeita ao poder do discurso das mídias, detentoras do poder da informação. O referido jornal leva informações sobre o impeachment de Dilma Rousseff com linguagem acessível para se adequar às demandas do público-alvo, população carente, indivíduos de baixa renda.

Palavras-Chave: Discurso jurídico. Folkcomunicação. Julgamento de Dilma Rousseff.

Introdução

Desde que foi lançado, no ano de 1998, o Jornal Folha de Pernambuco ganhou destaque em todo o estado, foi um dos mais comentados entre a população, principalmente nas classes B, C, D e E, a chamada classe média emergente, público para qual o jornal é direcionado. Ao longo dos anos, observou-se uma mudança no perfil do público desse jornal

¹ Artigo submetido à DTXIII Folkcomunicação do XV Congresso IBERCOM, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 16 a 18 de novembro de 2017.

² Primeiro autor, docente e coordenador de pesquisa e extensão: Faculdade Integrada de Pernambuco (FACIPE), doutor, pedro_procopio@facipe.edu.br.

³ Segunda autora, docente da Faculdade Integrada de Pernambuco (FACIPE), membro do núcleo de pós-graduação interdisciplinar da FACIPE (NUFA), doutora, suzanafpenglish@yahoo.com.br.

⁴ Docente: Faculdade Integrada de Pernambuco (FACIPE) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutor, sergiotteixeira@uol.com.br.

⁵ Especialista em Comércio Exterior, Graduando em Direito, Faculdade Integrada de Pernambuco (FACIPE) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestrando, leonardoseal@gmail.com.

e, conseqüentemente, houve uma mudança da linguagem utilizada para se adequar às novas demandas do público-alvo. Através de pesquisas de mercado, passou-se de uma perspectiva jornalística de visão micro quando a mensagem é direcionada a um público-alvo para um panorama macro que lança e tem aceitação em qualquer lugar sem delimitar um público específico, transformando, assim, sua estrutura de apresentação em termos de linguagem e imagens.

Para levar informação das decisões político-jurídicas ao público de classes menos favorecidas, os jornais populares buscaram abordar os principais acontecimentos relacionados ao impeachment com linguagem acessível para atingir o público leigo, geralmente, moradores de comunidades carentes, indivíduos de baixa renda que não tenham o hábito de ler jornais.

Com vistas a investigar como os jornais populares “traduzem” as decisões jurídico-políticas acerca do Impeachment da presidente Dilma Rousseff, analisamos 2 reportagens do jornal Folha de Pernambuco de circulação local no estado por este ter, atualmente, uma circulação de cerca de 40 mil exemplares por dia, sendo o segundo jornal de maior circulação em Pernambuco e porque o mesmo é conhecido por transmitir as informações de maneira, linguisticamente, mais acessível ao seu público.

A sociedade está sujeita a vários tipos de poder, como o poder do discurso das mídias que detêm o poder da informação. Segundo Foucault (1999), no século XVII, o poder estava ligado às instituições, sendo legitimados os discursos da verdade encontrados em livros, nas bibliotecas, ou seja, o da institucionalidade. Para o referido autor, as instituições detêm discursos prontos dos quais os indivíduos se apropriam, isto é, os discursos já circulavam na sociedade e seriam pré-existentes aos indivíduos.

Desse modo, é esse controle do discurso por parte de instituições que o poder se dá pela instituição que se fala e não por quem se fala. O discurso de uma instituição, propagado por alguém que pertence a esta, qualifica essa pessoa como detentora de poder, mas esse poder nunca é pessoal, mas qualificado pela instituição.

Jornal Folha de Pernambuco: Histórico, Ideologia e Mercado

O jornal Folha de Pernambuco foi fundado em 03 de abril de 1998, e pertence ao Grupo Edson de Queiroz Monteiro (EQM), um dos maiores grupos empresariais do Nordeste

do Brasil, com atuação nos setores sucroalcooleiro, de energia e comunicação, e ainda nas regiões norte e centro-oeste do Brasil. Contudo, vale ressaltar que o jornal é parte integrante da Editora Folha de Pernambuco, que conta também com a Rádio Folha 96,7FM e o Portal FolhaPE.com.br.

A proposta editorial inicial da Folha de Pernambuco era de ser um jornal popular, que conseguisse atingir os leitores prioritariamente da “classe C”, tentando criar um hábito de leitura e realizar vendas de exemplares de forma espontânea nas bancas de jornais. Segundo Maria Salett Tauk Santos (2000), as pessoas populares são consumidores da Folha de Pernambuco porque ela utiliza o popular no sentido antropológico, definido pelo próprio uso.

Na época de sua fundação, o jornal tinha a preocupação de tentar mostrar os acontecimentos ocorridos nos ambientes mais populares da comunidade, devido à escassez desse tipo de noticiário e, até mesmo, a total falta de informações por conta das mídias tradicionais de Pernambuco. Assim, a Folha começava a mostrar a realidade vivida pelos populares em suas próprias comunidades e bairros, conseguindo se identificar com essa parcela da população.

Importante ressaltar que, em 2001, outro recurso utilizado pelo jornal Folha de Pernambuco, para atrair a atenção e fidelizar os leitores, ampliando assim o seu percentual de vendas, foi a opção mercadológica de lançar um projeto gráfico inovador, diferente dos padrões utilizados até o momento, quebrando paradigmas e levando os concorrentes a mudarem também o seu visual. Com isso, o jornal realizou uma modernização gráfica, com intuito de obter uma melhor qualidade de impressão em todas as suas páginas.

Outra maneira que a Folha de Pernambuco objetivou para alcançar o seu público alvo e suas metas de vendas de exemplares, foi no investimento em matérias relacionadas a esportes, na cultura e nos artistas locais em geral. Dessa forma, o jornal desenvolve um trabalho interativo com as comunidades, como intuito de divulgar e dar credibilidade às iniciativas realizadas.

Mais recentemente, a Folha de Pernambuco iniciou uma mudança em sua cobertura jornalística, passando a privilegiar mais a parte da política. Além disso, ela deixou de ter no jornal impresso as edições dos sábados e domingos, lançando a Edição Folha Mais, que circula no final de semana. Dessa maneira, o jornal disponibilizou as matérias de forma mais analíticas, maiores, com conteúdo mais aprofundado, possuindo um estilo de revista, de tabloide, a fim de ser um diferencial em relação aos outros jornais.

Portanto, o jornal Folha de Pernambuco chega aos seus 19 anos de história (2017), voltado ao público de perfil popular, atingindo diariamente mais de 225 mil leitores das edições impressa e digital.

O Contexto histórico do pedido de Impeachment

Antes de analisar o contexto histórico que norteou o período anterior ao *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, significando uma ruptura do marco democrático da recente história brasileira, e os fatores econômicos, sociais, políticos e midiáticos desse processo, torna-se relevante efetuarmos um breve resumo sobre o seu significado, utilização e a base legal no Brasil.

No entanto, no que se refere ao processo de *Impeachment* utilizado no Brasil, o desenvolvimento de sua adoção e adequações dos atos processuais ocorreram nos Estados Unidos da América, e posteriormente, foi recepcionado e adotado pela legislação brasileira. Nesse processo, visa-se a afastar a autoridade do cargo ocupado, preservando o interesse público e as condutas administrativas que se espera do gestor público, independente do aspecto criminal (CALDERON, 1923).

Assim, o *Impeachment* pode ser compreendido como um processo político, julgado e processado por órgão parlamentar, que visa a apuração e punição de condutas administrativas graves praticadas pelo agente estatal de alto nível, quando do cometimento de crimes de responsabilidades. Segundo Barros (2015), o impedimento serve “para impedi-lo de continuar na função pública, mediante sua remoção do cargo ou função atual e inabilitação para o exercício de qualquer outro cargo ou função por um certo tempo”. Desde 1891, as constituições brasileiras têm dado atenção especial ao estatuto de responsabilidade do Presidente da República (MENDES, 2015) e na Carta Magna de 1988, os Crimes de Responsabilidade são previstos no art. 85.

Porém, salienta-se que a lei especial a que se refere o Parágrafo único do art. 85 da CF/88, até o presente momento não foi elaborada, aplicando-se dessa forma a lei 1.079/50, e a utilizando subsidiariamente o Código e as leis processuais (BARROS, 2015). Ademais, no Brasil, necessita-se esclarecer que o pedido de *impeachment* pode ser interposto por qualquer cidadão, como prevê os arts. 14, 41 e 75, da Lei 1.079/50, *in verbis*:

Art. 14. É permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados.

Art. 41. É permitido a todo cidadão denunciar perante o Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador Geral da República, pelos crimes de responsabilidade que cometerem (artigos 39 e 40).

Art. 75. É permitido a todo cidadão denunciar o Governador perante a Assembléia Legislativa, por crime de responsabilidade.

Ao longo dos tempos, além dos fatores legais, jurídicos e parlamentares, um fator vem tendo primordial destaque nos processos de *Impeachment*: o clamor popular. Sem o apoio popular, um processo de *Impeachment* não tem relevância e não consegue obter a base fundamental nas casas legislativas, uma vez que, na realidade, é um processo político (BARROS, 2015).

Em agosto de 2015, existiam 32 pedidos de *Impeachment* contra Dilma Rousseff. Alguns deles argumentavam sobre a possível irregularidade das suas contas na campanha eleitoral de 2014, outros se referiam à possível irresponsabilidade fiscal (“pedaladas fiscais”) cometidas por sua gestão, ou até mesmo equívocos administrativos que ela tenha cometido à frente do Conselho de Administração da Petrobras (MORTARI, 2015). No entanto, o principal pedido foi realizado por Hélio Pereira Bicudo, pelo fato de ser irmão de um dos fundadores do PT e já ter pertencido a esse partido, juntamente com Janaína Conceição Paschoal e Miguel Reale Júnior. Na época da votação da admissibilidade do processo de *impeachment*, existia uma divisão clara da opinião pública, fruto de desinformação e despolitização da sociedade brasileira (GOBBI, GODOY, 2016).

No aspecto político, desde a disputa eleitoral de 2014, na qual culminou na reeleição de Dilma Rousseff, existia um confronto entre duas ideologias antagônicas, que pautearam os discursos no período do processo de *Impeachment*. Tem-se destaque também que a Presidenta Dilma Rousseff foi reeleita com 51,6 % dos votos, e contava com o apoio por simpatizantes das suas políticas culturais e sociais, as quais segundo Yasmin Cardoso e Rafael Souza “eram mais vantajosas para negros, mulheres e LGBTs, e pela inegável melhora de condições de vida das classes mais baixas, graças às políticas assistenciais compensatórias, conectadas a um discurso neodesenvolvimentista”.

Outro fator marcante do processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff foi o seu caráter patriarcal e sexista, cultivado pela mídia e predominante na política brasileira, a qual não aceita os avanços conquistados pelos movimentos feministas. “A decisão sobre leis e

políticas que afetam diretamente as mulheres é feita no Brasil, ainda hoje e como foi ao longo de toda a nossa história, por homens” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p.13).

Portanto, conforme exposto neste item do artigo, o contexto histórico do período referente ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff apresenta profunda instabilidade política no país, sendo agravada ainda mais pela fragilidade da base de apoio governista. Dessa forma, na sequência do trabalho, verifica-se que a análise do discurso sobre essa fase da história recente do Brasil pode contribuir para o entendimento da língua como elemento norteador às diferentes questões que tangenciam o cenário político nacional, suas articulações, manobras e objetivos principais.

O Julgamento de Dilma Rousseff nas Páginas da Folha de Pernambuco: Análise de Discurso na Prática

Em 17 de abril de 2016, ocorreu a votação na Câmara dos Deputados do processo de impeachment de Dilma Rousseff. O processo seguiu para votação no Senado Federal, por maioria de votos, no dia 12 de maio de 2016, tendo a, então presidente, Dilma Rousseff sido afastada por 180 dias. O impedimento de permanecer governando o Brasil aconteceu no dia 31 de agosto de 2016. Essa efervescência político-econômica do governo Dilma Rousseff trouxe a público escândalos de corrupção que mudaram o rumo da política e da economia, revelando lutas que ultrapassaram os limites do exercício público e se tornaram pauta na agenda de todos os brasileiros, sendo explorados pelas mídias, televisiva, radiofônicas, digitais e impressas.

Para Charaudeau (2016), o poder é a capacidade de agir sobre o outro, a autoridade não é dada, mas adquirida, conquistada pelo ponto de vista dos outros. “Pode-se ser legitimado na posição de [...] chefe de Estado, de diretor de um serviço e não ter o crédito necessário para exercer seu poder.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 15). Podemos citar como exemplo o atual presidente da república, Michel Temer que está na posição de chefe de Estado, mas não conquistou a legitimidade da população brasileira, ou seja, não foi depositado nele o capital simbólico para tal. “A legitimidade fundamenta o poder, e a potência lhe dá força.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 18). Nesse sentido, o poder está na relação entre pessoas, em relação a outro.

É nesse sentido que, para Bourdieu (1994), a linguagem não é somente uma função de comunicação, ela é estratégica, praticada em uma situação que declara sua competência prática. Dessa forma, de acordo com o autor, a estrutura linguística é reflexo das relações de força entre grupos, isto é, a linguagem configura-se como um instrumento de poder. Ela é um instrumento de poder porque, para Bourdieu (1994), não se busca somente ser compreendido, mas obedecido e respeitado.

O discurso informativo, como uma de suas estratégias, busca na autoridade discursiva uma forma de balizar a informação que está sendo veiculada. Vejamos, a seguir, um exemplo de discurso balizado pela autoridade. Esse tipo de discurso exercia, e continua exercendo, pressões sobre outros discursos para que eles se moldem conforme esse discurso considerado verdadeiro.

A reportagem da Folha de Pernambuco, a seguir, intitulada “Cardozo: impedimento é um ‘erro histórico’”, utiliza a estratégia de autoridade para corroborar o seu ponto de vista no atual contexto sócio-histórico-político brasileiro, uma vez que não existe neutralidade nos discursos jornalístico-políticos.

Figura 1: Cardozo: impedimento é um “erro histórico”



Fonte: Folha de Pernambuco (2016)

A reportagem acima apresenta, dentre outros, um exemplo de utilização do recurso de autoridade na busca de corroborar o argumento defendido. O trecho “erro histórico” é atribuído ao defensor de Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo. Nesse sentido, o poder do discurso de autoridade, para o autor, não viria da pronúncia rebuscada ou da sua boa articulação, ou seja, das propriedades do próprio discurso, viria, justamente, do seu lugar de produção e reprodução social. Assim, o discurso da mídia representado por José Eduardo Cardozo se constitui na autoridade que assevera as informações transmitidas e suas palavras testificam a ideia defendida.

Podemos observar, com base em Bourdieu (1998), que esse tipo de discurso não precisa ser compreendido, basta ser reconhecido e proferido para um auditório legítimo. A linguagem de autoridade governa sob a condição de contar com a colaboração daqueles a quem governa, ou seja, assistida por mecanismos sociais que produzem tal cumplicidade, baseada no desconhecimento, ou seja, o elemento gerador de toda autoridade (BOURDIEU, 1998). A autoridade do ex-ministro e advogado de Dilma fornece respaldo para o texto jornalístico da reportagem analisada.

Autoridade por competência, experiência ou testemunho, interpela crenças e valores de uma sociedade, enquadrando o fato, seja para limitar ou ampliar alguns aspectos e analogia por metáfora ou comparação. Bourdieu (2012) destaca que o discurso de autoridade é um discurso de poder, dependente das condições de produção.

Destarte, o conceito de comunidade se coaduna com o que Charaudeau (2015) chama de textos que trazem questões sobre o amálgama, que criam estereótipos e apelam para as crenças e valores compartilhados em sociedade.

Outra estratégia que o jornal Folha de Pernambuco apresenta é o uso de argumentos de comunidades, ou seja, aqueles que apelam a valores e crenças. No caso de referências ao impeachment de Dilma Rousseff, os discursos interpelam por justiça e revelam uma certa “vulnerabilidade” da, então presidente do Brasil, em frases que o ex-ministro José Eduardo Cardozo afirma que o impedimento é um “erro histórico”, o sentimento de “vingança” e por “retaliação” de Eduardo Cunha.

A analogia é mais uma estratégia que foi utilizada para expor a vulnerabilidade de Dilma Rousseff. Isso pode ser verificado através do argumento de analogia, por meio da metáfora, por exemplo, quando se afirma que o impeachment é **“a ruptura da institucionalidade”** ou que **“é um golpe”**. Também é possível argumentar via analogia da comparação como em o **“golpe é o rompimento da Constituição, golpe é a negação do Estado de direito, não importa se é feito por armas, se é feito com canhões ou com baionetas caladas. Ou se é feito com o simples rasgar da Constituição. Sem base fática, ele é golpe”**. A analogia por metáfora atribui ao processo de impeachment o caráter de **“golpe”**, de **“fratura constitucional”**; enquanto a analogia por comparação relaciona o impeachment à luta armada, com canhões ou baionetas. As analogias de metáfora e comparação são simultâneas, especialmente, no trecho **“com baionetas caladas”**.

Tais estratégias contribuem, tanto para atribuir autoridade ao discurso quanto para amenizar o tom crítico, ironizar e/ou facilitar a compreensão dos diversos públicos do jornal Folha de Pernambuco. Nesse sentido, se a referida mídia impressa escreve um discurso técnico ou especializado, ou seja, de acordo com as especificidades do campo em que o discurso primário foi produzido, este não seria compreendido por todos.

Se o seu interesse é atingir uma grande quantidade de pessoas para vender muitos exemplares, de acordo com Charaudeau (2015), por meio de uma vulgarização, estratégia que consiste em explicar um fato de maneira acessível a um público heterogêneo em termos de níveis de entendimento. Ainda de acordo com o autor (2015), toda vulgarização implica em uma deformação do fato, pois as mídias apresentam, em seus textos comunicativos, diversas estratégias que induzem a uma aceitação da opinião exposta por elas.

Nesta análise identificamos que, ao lado da reportagem supracitada, consta um infográfico intitulado “O impeachment em oito passos – entenda o rito do processo a partir da formação da comissão”, demonstrando 8 passos para o impeachment, com uma imagem caricaturada de Dilma e um caminho em forma de labirinto, na tentativa de explicar de forma resumida, simples e direta, o evento e suas etapas a um público mais leigo (ver figura 1).

A linguagem utilizada é informal e típica da oralidade, conforme pode ser observada no parágrafo seguinte, nos títulos de cada passo. Dias (1996), sobre as marcas da oralidade no jornalismo popular, afirma que o mesmo “apresenta uma linguagem que se aproxima mais do que os outros jornais da língua falada popular, talvez com o objetivo de tornar sua leitura, de certa forma, uma continuação da própria conversação do dia-a-dia” (DIAS, 1996, p. 61).

1. O início do fim - faz referência ao início do processo que dará fim ao mandato de Dilma Rousseff; **2. Diz aí Presidenta!** – referindo-se ao discurso que ela fará em sua defesa; **3. Ou vai, ou racha** – após a manifestação da defesa, prazo de cinco sessões (diz-se sobre algo que não tem mais volta); **4. 48 horas depois** – prazo para iniciar no plenário depois da publicação; **5. A batata já tá no forno** – abertura do processo de impeachment com aprovação de dois terços; **6. Pau na máquina** – abertura do processo e envio ao senado; **7. Nas mãos do Senado** – os senadores votam e decidem sobre o impeachment; **8. E aí? Vai ou fica?** – o anúncio da decisão por Ricardo Lewandowski.

É possível perceber um direcionamento discursivo da lista com os 8 passos do impeachment. Essa percepção se coaduna com Bourdieu (1994, p. 161) quando o mesmo afirma que “não falamos a qualquer um; qualquer um não ‘toma’ a palavra”. Ou seja, a língua

é sempre permeada pelo seu contexto de produção, pela posição social assumida pelo locutor e pelas relações de poder.

Charaudeau (2015, p. 63) afirma que “[...] as mídias trapaceiam cada vez que uma explicação é apresentada como a decodificação simplificada de uma verdade oculta, como acessível a todos e a mesma para todos graças ao efeito mágico da vulgarização”. Ao fazer um resumo ou simplificação da mensagem elas estão vulgarizando a linguagem do discurso.

A dramatização diz respeito à mobilização, pela mídia, do público, explorando seus sentimentos, sua afetividade, com vistas a provocar uma “paixão” pela informação veiculada. O uso de expressões reconhecidas popularmente no texto como **“o início do fim”, “ou vai, ou racha”, “a batata já tá no forno”** cria uma relação de empatia, identificação e pertencimento no indivíduo. Essas sensações são mobilizadas através do resgate da memória social das pessoas, com base nos imaginários, valores e crenças socioculturais pertencentes e compartilhados em cada grupo social. Elas são geradas por encenações discursivas que têm como característica a espetacularização da informação.

Constatou-se uma vulgarização da linguagem utilizada na explicação dos 8 passos do impeachment, na reportagem analisada, bem como uma dramatização (CHARAUDEAU, 2015) da mesma como estratégia da Folha de Pernambuco para captação de um público específico.

Assim como a linguagem provoca emoções, como exposto anteriormente, baseados em Charaudeau (2015), no discurso informativo a parte gráfica também pode “apelar” para o lado sensacional, gerando a identificação do leitor com o texto. Os jornais populares utilizam mais cores e marcas tipográficas; as imagens associadas ao texto são em maior quantidade, e outros elementos visuais como gráficos, tabelas, olho e boxes informativos, são mais utilizados, com vistas a atrair mais leitores.

Por sua vez, a manchete do discurso informativo é escrita em caixa alta e em cores fortes, geralmente com uma frase de efeito, destacada na capa do jornal e a imagem que a acompanha é impactante para o leitor. No jornal impresso a imagem é um elemento importante no processo da informação, pois serve para complementar e ao mesmo tempo em que ilustra a matéria, mostra explicitamente do que o assunto trata. É comum na capa das edições, além das manchetes, fotografias em tamanho grande, para chamar a atenção do leitor.

Figura 2: Impeachment chega ao fim



Fonte: Folha de Pernambuco

Impeachment chega ao fim

Hoje, 31 de agosto de 2016, é uma data que *ficará na história do País*. Acontecerá a sessão no Senado que vai *selar o destino* da presidente afastada Dilma Rousseff. Os parlamentares vão responder se *a petista* cometeu ou não crimes de responsabilidade. Caso, pelo menos, 54 senadores avaliem que sim, ela *perde o cargo* e Temer assume definitivamente o governo.

As últimas cartadas

Acusação e defesa *travaram o último embate* antes da votação. A advogada Janaína Paschoal, co-autora do pedido de impeachment, pediu desculpas a Dilma e reafirmou que houve “*estelionato eleitoral*”. O advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, reiterou tese de que não houve crime.

Constatou-se que a Folha de Pernambuco utiliza imagens impactantes para atrair o público e que elas seguem a linha da reportagem, produzindo conexões que complementam o sentido do texto e chamam a atenção para o conteúdo publicado. A imagem apresentada nesta reportagem está coerente com o texto verbal, contribuindo para reforçar o interesse do jornal, evidenciando-se a forma que são apresentados os personagens da matéria nas fotos, induzindo o leitor a enxergar os mesmos como vítimas ou causadores do fato.

As imagens apresentadas, ocupando o espaço principal da capa, antecedidas pela frase “**Impeachment chega ao fim**”, foram minuciosamente selecionadas, com vistas a provocar no leitor a identificação da vítima e do acusador. A primeira é da advogada Janaína Paschoal, coautora do pedido de impeachment. Na foto, ela está com uma expressão facial que indica sagacidade e perspicácia, como se estivesse encurralando alguém. Seu olhar de cima para baixo e sua boca ligeiramente voltada para a lateral direita transmite a ideia de desprezo e superioridade, bem como as duas mãos cerradas, como se estivessem prontas para o ataque.

A segunda imagem é do defensor de Dilma Rousseff, o ex-ministro José Eduardo Cardozo. Sua postura está levemente inclinada para baixo, seu rosto demonstrando nervosismo e sua mão direita batendo no púlpito do Congresso Nacional, quando da defesa

da ex-presidente. As duas fotos foram posicionadas de forma que Janaína estivesse voltada para Cardozo em posição de ataque (lobo) e que este estivesse no alvo dela, em posição de vítima injustiçada (cordeiro). Tal disposição coloca o leitor na condição de espectador de uma luta, instigando-o a querer saber quem foi o vencedor.

Identificamos que a reportagem explicou os fatos através do processo de psicologização (CHARAUDEAU, 2015), isto é, criando uma espécie de “terceiro todo poderoso” ao apresentar os atores dos fatos como calculistas e planejadores de vítimas, fazendo correlações com determinadas intenções, ou seja, uma “paranoia” que produz polêmicas sociais de conspiração por parte de pessoas ou grupos, ou de apresentação de culpados.

Na sequência, logo abaixo das imagens, é colocada a frase **“as últimas cartadas”**, fazendo alusão a um jogo de cartas, no qual os jogadores dão o último lance, decisivo ou arriscado, ou seja, a utilização do último argumento ou recurso, para conseguir o seu intento. No caso de Janaína, a condenação de Dilma e no caso de Cardozo a absolvição de sua cliente. Ao destacar a expressão “as últimas cartadas” a reportagem guia o leitor a conjugar o verbo “jogar”, tratando o fato como uma jogada, apresentando dois “jogadores” na tentativa de lançar mão do último trunfo. “[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 9).

Verificamos a presença de enquadramento em *“ficará na história do País”*, *“Os parlamentares vão responder se a petista cometeu ou não crimes de responsabilidade”*. Destacamos, também, alguns argumentos de analogia por metáforas, através do uso de expressões metafóricas como *“selar o destino da presidente afastada Dilma Rousseff”*, *“ela perde o cargo”*, *“acusação e defesa travaram o último embate antes da votação”* e *“pediu desculpas a Dilma e reafirmou que houve “estelionato eleitoral”*.

Observou-se que o jornal tem uma visão prévia do público e fala de um “lugar específico” – se relacionando às representações de posições sociais – e isso gera os modos de endereçamentos. Contudo, há uma dualidade linguística para se referir a diferentes públicos. A reportagem principal apresenta uma linguagem mais formal, com termos técnicos e língua padrão. Por outro lado, esse veículo de comunicação traz, concomitantemente, outros textos sobre o mesmo tema com formato e linguagem mais simples para a explicação à população leiga, ou seja, uma vulgarização da linguagem (CHARAUDEAU, 2015).

Um exemplo que podemos citar é o chamado “FOLHARESUME”, que traz a reportagem principal resumida, quadros, esquemas ou gráficos explicativos para facilitar a compreensão dos leitores. Trata-se de uma comunicação baseada na Folkcomunicação, com linguagem coloquial, sem o uso de termos técnicos para que o leitor a entenda facilmente, próxima da realidade do leitor, na tentativa de auxiliar na compreensão dos textos por vários segmentos de público, ou seja, com diferentes níveis de conhecimento formal e de mundo.

Considerações finais

A partir da presente pesquisa foi possível perceber que a linguagem não tem função comunicativa apenas, ela é estratégica, praticada em uma situação que declara sua competência prática. Dessa forma, a estrutura linguística é reflexo das relações de força entre grupos, isto é, a linguagem configura-se como um instrumento de poder. O discurso informativo, como uma de suas estratégias, busca na autoridade discursiva uma forma de balizar a informação que está sendo veiculada. Esse tipo de discurso exercia, e continua exercendo, pressões sobre outros discursos para que eles se moldem conforme esse discurso considerado verdadeiro.

Há um contrato comunicativo do qual fazem parte a captação do público e a credibilidade, ou seja, no embate entre eles existe uma contradição, isto é, quanto mais as mídias se voltam para este, menos atingem o grande público; quanto mais tendem para aquela, menos credíveis são.

O jornal Folha de Pernambuco ajusta a sua linguagem para alcançar o público leigo, através de vocabulário mais simples, expressões populares e reforço da mensagem através de imagens.

Referências

- BARROS, Sérgio Resende. **Estudo sobre o “Impeachment**. Disponível em: <<http://www.srbarros.com.br/pt/estudo-sobre-o-impeachment.cont>> Acesso em: 26/08/2017.
- BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim, CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.
- _____. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 1.079, de 10 de abril de 1950**. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm>. Acesso em: 04/09/2017.

BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: <www.bcb.gov.br/?rp20160509
<www.bcb.gov.br/?ECOIMPEXT <www.bcb.gov.br/?ECOIMPOLFISC> Acesso em 27 set. 2017.

CARDOSO, Yasmin Ribeiro Gatto; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **Dilma, uma “presidente fora de si: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático** CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

COIMBRA, M. A **opinião pública no calor da hora**. Carta Capital, [S.l.], 15 abr. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/897/a-opinioao-publica-no-calor-dahora>. Acesso em: 22 set. 2017.

ESTADO DE MINAS (Jornal). **Popularidade da Presidente Dilma Rousseff Cai para 7,7%, Diz Pesquisa CNT/MDA**. Disponível em <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/07/21/interna_politica,670678/popularidadeda-presidente-dilma-rousseff-cai-para-7-7-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 18 set. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. JUNIOR, HUMBERTO, Cláudio. **Como Dilma entregou o Brasil para Temer**. Disponível em: <<http://www.osul.com.br/como-dilma-entregou-o-brasil-para-temer/>> Acesso em 27 set. 2017.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**/Luiz Felipe Miguel, Flávia Biroli. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.

MORTARI, Marcos. **Conheça os 32 Pedidos de Impeachment Protocolados Contra Dilma na Câmara**. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/4209761/conheca-pedidosimpeachment-protocolados-contradilma-camara>>. Acesso em: 19 set. 2017.

MOURA, Rodrigo Crusoé Loures de Almeida ANAIS - I Congresso Norte Mineiro de Direito Constitucional - Outubro de 2015 – ISSN 2447-3251- Montes Claros, MG-p. 1

NORMANHA, Flávia Simão. O impeachment em seu contexto histórico, fundamentos legais e políticos . 10.5212/**RevistaPautaGeral**.v.3.i2.0003

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol.3, n. 2, p.45 - 65 , Jul/Dez 2016.

TERRA. (Portal) **62,8% são favoráveis ao impeachment de Dilma, diz CNT/MDA**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/mais-de-60-sao-favoraveis-aoimpeachment-de-dilma-diz-cntmda,77c141cd751cc617cb86a9d8d1df7f9e0rseRCRD.html>>. Acesso em: 17 set. 2017